

TERRITORIALIDADES DO POVO MANCHINERI NA CIDADE DE RIO BRANCO (AC)

ALESSANDRA SEVERINO DA SILVA MANCHINERY

Universidade Federal do Acre
amanchinery@gmail.com

Resumo: O presente estudo objetivou discutir as territorialidades do povo Manchineri que vivem em área urbana, destacando o sentido de territorialidade urbana e seus modos de vida na cidade. Por territorialidades entendemos como a síntese das relações sociais que dão corpo e conferem função ao território. Numa abordagem inicial, pode-se dizer que as territorialidades são a “razão de ser” dos territórios, conferindo-lhe existência, seja material ou imaterial. Do ponto de vista metodológico utilizamos a etnografia “experimental”, procuramos desenvolver em determinados lugares a “observação participante”, num movimento que variou de observador e de participante nas relações construídas e dependendo do tipo de interação construída com o povo sujeito. Para isso a pesquisa foi realizada em duas fases. A primeira fase foi realizada a pesquisa bibliográfica e histórica. E a segunda, nos dedicamos as entrevistas com lideranças Manchineri e com algumas famílias que vivem na cidade de Rio Branco/AC. Os Manchineri vivem em Terras Indígenas do estado do Acre, e nos departamentos de Pando e Madre de Dios. Vivem em algumas cidades, como Rio Branco e Brasília.

Palavras-Chaves: Povo Manchineri, Cidade e Territorialidades

SUMMARY : This study aimed to discuss the territoriality of Manchineri people living in urban areas, highlighting the sense of urban territoriality and their ways of life in the city. For territorialities understand how the synthesis of social relations that embody and give function to the territory. In an initial approach, it can be said that territoriality is the “raison d’être” of the territories, giving it life, whether material or immaterial. From a methodological point of view we use the “experimental” ethnography, we seek to develop in certain places the “participant observation”, a movement that ranged from observer and participant in the relationships built and depending on the type of interaction built with the subject people. For this research was conducted in two phases. The first phase of the literature and historical research was carried out. And second, we are dedicated interviews with Manchineri leaders and with some families living in the city of Rio Branco / AC. The Manchineri living in indigenous territories of Acre, and Pando and Madre de Dios departments. They live in some cities, such as Rio Branco and Brasilia.

Key Words: Manchineri People, City and Territorialities

RESUMEN: Este estudio tuvo como objetivo discutir la territorialidad de las personas

Manchineri viven en zonas urbanas, destacando el sentido de la territorialidad urbana y sus formas de vida en la ciudad. Para territorialidades entender cómo la síntesis de las relaciones sociales que encarnan y dan función para el territorio. En una primera aproximación, se puede decir que la territorialidad es la “razón de ser” de los territorios, que le da la vida, ya sea material o inmaterial. Desde un punto de vista metodológico, utilizamos la etnografía “experimental”, buscamos desarrollar en ciertos lugares de la “observación participante”, un movimiento que osciló entre el observador y participante en las relaciones construidas y en función del tipo de interacción construido con las personas sujetas. Para esta investigación se llevó a cabo en dos fases. La primera fase de la literatura y la investigación histórica se llevó a cabo. Y en segundo lugar, estamos dedicados entrevistas con líderes Manchineri y con algunas familias que viven en la ciudad de Río Branco / AC. El manchineri residentes en los territorios de Acre, y los departamentos de Pando y Madre de Dios. Ellos viven en algunas ciudades, como Río Branco y Brasília.

Palabras clave: Personas Manchineri, ciudad y territorialidades

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem sido crescente o interesse no Brasil pela temática de indígenas nas cidades e os pesquisadores começam a responder a esse interesse buscando construir um acervo de informações e reflexões em torno de uma infinidade de situações, estando longe ainda da possibilidade de realizar sistematizações em relação aos povos indígenas que residem e vivem em áreas urbanas. Este trabalho é fruto de uma experiência na graduação em Geografia bem como um esforço de mostrar um “novo” paradigma da realidade indígena e que a presença indígena em novos contextos urbanos nos quais elas estão inseridos e espalhadas pelos diferentes bairros da cidade de Rio Branco no Estado do Acre.

O povo Manchineri vive na tríplice fronteira que compreende o Departamento de Pando (Bolívia), Departamento de Madre de Dios (Peru) e o Estado do Acre (Brasil). Para tanto o trabalho em si descreve especificamente sobre as famílias de Manchineri que vivem e nasceram na cidade de Rio Branco. Os indígenas que vivem nas cidades continuam mantendo uma identidade diferenciada da população não indígena, partilhada através da memória dos “tempos” das linhas e da convivência com outros indígenas.

Segundo o CIMI (2012), a realidade sempre dura dos povos indígenas, também sofreu mudanças. Uma dessas mudanças foi o aumento da migração para as cidades. Isso se deu por diversas razões como saúde, educação, política e luta pela terra dentro do movimento indígena.

A presença indígena na cidade é fato bastante antigo, no entanto nunca tinha sido fato notado pela população urbana, e nem reconhecida pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) desde o tempo do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). No ambiente urbano a população indígena camufla-se, torna-se invisível aos olhos da sociedade e do Estado. Para a FUNAI aqueles que abriram mão da aldeia deixaram de ser indígenas. No entanto, o ocultamento dos vínculos de pertencimento ao povo de origem está associado ao próprio

contexto urbano que sempre foi hostil em relação ao indígena; a cidade é o ambiente que revela, de forma mais explícita, o racismo contra o índio, figura atrasada, inconfiável, de hábitos estranhos, feios e desagradáveis. (CIMI, 2012:07)

Historicamente a cidade sempre foi um espaço vedado aos indígenas, local de visitas rápidas para compras ou tratamento de saúde. Com o decorrer do tempo a cidade torna-se um espaço que passa a ser apropriado por essa população através de, pelo menos dois processos: um são a cidade que cresce e encosta na área indígena, tornando-o a um bairro de periferia, ou é a cidade que foi fundada a partir de uma aldeia, especialmente nas regiões poucas urbanas até a década de 1970; o outro é o processo de migração que a partir de 1950 atraiu também a população nos surtos migratórios em direção as cidades que adensaram a população das cidades brasileiras em função da industrialização e urbanização que foram os elementos mais valorizados para alcançar a meta desenvolvimentista desse período. (CIMI, 2012:07)

Lembrando que há uma diversidade muito grande de situações envolvendo as relações de indígenas com as cidades e as contribuições devem apontar para a necessidade de discutir a questão através de exemplos específicos, marcando singularidades históricas e etnográficas. Essa é uma possibilidade crescente de auto-identificações de indígenas nas cidades, como um fenômeno recente no interior da sociedade brasileira, e que por sua vez pode gerar novos direitos e expectativas de políticas públicas específicas dos quais os povos indígenas necessitam com urgência.

O processo de urbanização da cidade tem influenciado grande parte dos povos indígenas na Amazônia brasileira, fato esse confirmado, pois existe um grande número de membros da população indígena morando nos centros urbanos (...). A cidade de Rio Branco (AC), por exemplo, tornou-se “palco” de concentração urbana de população indígena e miscigenada. E nesse “palco” se encontram os Manchineri que acabam por se incorporar em uma nova dimensão política, econômica, cultural, e que serão colocados em uma nova ideia de “índio urbanizado”. Essa ideia parece-nos em termos que os povos indígenas sempre serão o índio selvagem, camuflado entre prédios, é pensado como um indivíduo deslocado, fora de seu próprio mundo, em contradição com a essência de seu ser. (MANCHINERY, 2014:68).

A cidade tem sido em sua peculiaridade definidora da modalidade do desenvolvimento do capitalismo, do consumo, da exclusão social na sociedade “branca”. Para tanto os Manchineri estão a cada dia com intensidade, inseridos nestes processos do mundo não indígena fazendo parte dos processos de monetarização, de dependência de mercadorias industrializadas, mercado de trabalho, debates nacionais e internacionais, conversão religiosa, educação escolar, formação acadêmica/intelectual ou técnica, modos de sociabilidade, modos de se vestir, modos de comer e modo pensar dando sentido à experiência mundana fora de seus territórios originários. (MANCHINERY, 2014:71)

Partindo dessa concepção, ressalto que esse artigo é importante no sentido de trazer novas abordagens sobre cultura, identidade, territorialidade e povos indígenas, que hoje se apresentam com um paradigma “novo” nas cidades acrianas e que se apresentam como “problemas” e “recortes” das políticas públicas nas metrópoles.

MANCHINERI: DA ALDEIA PARA A CIDADE

O objetivo deste item é narrar às territorialidades dos Manchineri que vivem e nasceram na cidade de Rio Branco, esta territorialidade está ligada, à noção de território, que por sua vez é compreendida em duas dimensões, a primeira é a política, e a segunda é a simbólico-cultural, da qual é pouco discutida na Geografia. A primeira dimensão se situa pela saída de algumas famílias de Manchineri da aldeia e suas chegadas em Rio Branco, na década de 80, conforme relato de Vera Olinda (CPI/AC), que afirma que “Os motivos que fizeram com os indígenas se descolassem das aldeias para as cidades, foi por questões políticas, no caso de seu pai “Zé Urias”, foi a luta pela demarcação das Terras Indígenas, atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e posterior a criação do movimento indígenas e outras ONG’s, como o Núcleo de Cultura Indígena, e União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI/AC”. (Vera Olinda Sena (CPI/AC) em conversa com Alessandra Manchineri/2014). Foi esta a principal questão que fez com que os povos indígenas do Acre migrassem de suas aldeias para a cidade de Rio Branco. A segunda dimensão é a simbólico-cultural, porque tanto a cultura como a sua simbologia possuem valores imateriais e imemoriais.

Graças às contribuições dos debates epistemológicos que aconteceram na ciência e aos esforços da geografia em acompanhar essas mudanças. Por outro lado o próprio tema, “índios na cidade” é bastante complexo porque até pouco tempo era desconhecido pela ciência, que até então considerava índios somente aqueles que moravam em terras tradicionais.

A cidade de Rio Branco é um exemplo de diversas territorialidades indígenas onde vivem diferentes povos Indígenas conforme dados CIMI (2012). Alguns grupos indígenas vivem em estado de exclusão pela sociedade não indígena onde seus direitos são totalmente negados, porém encontram através de estratégias próprias diferentes formas onde é possível não perder sua identidade, mas criam e recriam possibilidades de manifestar sua cultura.

Buscamos assim entender a territorialidade levando em conta a questão da identidade individual ou do grupo com o seu espaço de convivência social, de reprodução e de representação, a memória, pois isso levam-nos a refletir o território para além do visível. “Se olharmos somente as formas espaciais, com certeza estamos esquecendo daquilo que lhe dá vida e sentido, ou seja, a maneira pela qual este espaço é “vivido”, valorizado e simbolizado”.

TERRITÓRIOS MANCHINERI NA CIDADE DE RIO BRANCO

O processo de urbanização da cidade influenciou uma grande parte dos povos indígenas no Brasil, fato esse confirmado, pois existe um grande número de membros da população indígena morando nos centros urbanos. Neste item trataremos sobre a permanência dos indígenas na zona urbana, no Brasil e especificamente em Rio Branco-Ac, mostrando uma avaliação sobre a permanência dos indígenas na zona urbana, mediante pesquisa feita em 2011 pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e pesquisa de campo.

A Territorialidade urbana de povos indígenas é uma temática estudada por Bernal (2009, 2010) e pelo grupo de estudos sobre Cartografia Social, coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida (ALMEIDA, 2010).

Para Bernal (2010) existem duas modalidades de territorialidade urbana de indígenas: os índios urbanizados e os índios na cidade. Os indígenas urbanizados dizem respeito àqueles que já estão inseridos na vida urbana e os indígenas na cidade aqueles que mesmo vivendo ou andando pela cidade mantêm fortes traços culturais com a aldeia.

A territorialidade do Povo Manchineri, na cidade constitui um fenômeno relativamente recente e ainda pouco estudado no que diz respeito à relação aldeia/cidade. A cidade de Rio Branco por ser a capital do Acre, vem recebendo uma grande massa de migrantes indígenas, e neste se encontra algumas famílias Manchineri.

O estudo busca caracterizar a população Manchineri, verificando aspectos relativos ao poder e a tomada de decisões no interior de seus territórios. O estudo sobre territorialidades indígenas como veremos possui vínculo com o passado, da coleta, da caça, e da pesca, da roça e da moradia, da cooperação e dos arrendamentos de terras, é importante para auxiliar na concepção de territórios presente entre os Manchineri, que se expressa nas lutas pelo domínio e pela organização de seu espaço territorial na cidade. O objetivo é identificar algumas características sócio-econômicas, familiares e migratórias da população Manchineri que mora na cidade de Rio Branco fazendo uma breve avaliação sobre suas condições de vida, como acesso à saúde e educação.

PRESEÇA INDÍGENA NA CIDADE DE RIO BRANCO

Segundo o Censo do CIMI de 2009, vivem cerca de 1.020 indígenas na cidade de Rio Branco, conforme podemos observar no quadro 04.

Quadro 01 - Povos Indígenas que moram na Cidade de Rio Branco

Povo	Quantidade	Povo	Quantidade
Apurinã	491	Kaxarari	06
Huni Kui (Kaxinawa)	278	Arara	06
Manchineri	81	Kambeba	04
Shanenawá	50	Kaigang/Guarani	04
Jaminawá	39	Ashaninka	04
Yawanawá	15	Apolima Arara	04
Jamamadi	13	Kulina	03
Não sabe	12	Bakairi	03
Nawá	07		

Fonte: dados CIMI (2012). Organizado por Alessandra Manchineri, 2013

Não há dúvidas que este cenário recente em que se vê hoje engajados os povos indígenas como foi mostrado no quadro acima, é palco de um forte fluxo migratório, com relevante presença de indígenas na cidade; e acima de tudo a utilização e apropriação das cidades que salta aos olhos como um caso proeminente “novo”, um novo cenário. Tem por si colocado uma série de questões desafiadoras para a Geografia, Antropologia e outras ciências. Os “universos” indígenas do qual eu faço parte vem se familiarizar e envolver-se, cada dia mais, com processos de mundo do “branco”, como, por exemplo, o consumo, os processos de monetarização, de dependência de mercadorias industrializadas, o dinheiro, etc.

Esta mobilidade é causada, segundo a avaliação do CIMI (2012), devido aos problemas sociais existentes dentro das aldeias como a falta da educação escolar indígena e principalmente atenção à saúde. Rio Branco tornou-se um exemplo de concentração urbana de população indígena e miscigenada. Os Manchineri acabam por se incorporar em uma nova dimensão política, econômica, cultural, e que serão colocados em uma nova idéia de “índio urbanizado”. Essa idéia parece-me como uma contradição em termos que o índio selvagem, camuflado entre prédios, é pensado como um indivíduo deslocado, fora de seu próprio mundo, em contradição com a essência de seu ser.

A questão dos Manchineri não estar somente relacionada às terras indígenas, mais também a conflitos intertribais, a falta de saúde e, falta de educação com qualidade. A cidade por sua vez, é a sua segunda moradia, um “novo território”. Hoje moram na cidade 90 pessoas, sendo 21 famílias, distribuídas em 14 bairros, como podemos ver no quadro 05.

Quadro 02 - Bairros de maior concentração de Famílias Manchineri

Bairros	
Apolônio Sales	Ramal do V
Baixada da Habitasa	Santa Maria
Belo Jardim	São Francisco
Chico Mendes	Xavier Maia
Estação Experimental	Wanderley Dantas
Irineu Serra	Liberdade
Placas	
Ramal do Amapá	

Fonte: Dados Trabalho de Campo, elaborado por Alessandra Manchineri/2014

O “território urbano” dos Manchineri é constituído por jovens e é elemento essencial para a compreensão das formas de ocupação e das mudanças que está ocorrendo com uma mobilidade incontrolada e muito visível, tornando-se palco de lutas por direitos iguais aos não indígenas. Alguns indígenas acabam por serem influenciados por macroprocesso de longa duração, macroprocesso esses que estão nas novas formas como os jovens agregam a cultura do “branco” para si, isso não quer dizer que são proibidos, mas significa uma estratégia de amenizar os preconceitos e a discriminação pelos seus diferentes modo de viver; foram esses os processos e atores sociais locais que moldaram as formas de ocupação do espaço, de definição das novas territorialidades de lógicas políticas e identitários.

A saída dos indígenas das aldeias, seja individualmente, seja em grupo familiar, onde gozam parcialmente de “direitos legais” e da “proteção oficial”, tem feito com que alguns indígenas migrem para a cidade e se organizem politicamente na tentativa de conquistar os direitos que os indígenas “aldeados” têm (como o acesso a tratamento de saúde, à educação, segurança, etc.). Ou mesmo, de conquistar outros direitos, ingresso nas universidades, e espaços físicos nas instituições não governamentais e governamentais que não são oferecidos nas aldeias, mais que se pode conquistar nas cidades.

OS MANCHINERI NA CIDADE

Segundo o Censo do Conselho Indigenista Missionário (2009), na cidade de Rio Branco, residiam 81 famílias Manchineri. Distribuídos nos seguintes bairros da cidade: Baixada da Habitasa, São Francisco, Belo Jardim e outros, alguns deste residiam em áreas de risco e na maioria em bairros periféricos. Com relação aos dados da pesquisa de campo, hoje residem 90 pessoas, distribuídas em 21 famílias, em 14 bairros e algumas destas famílias não mantêm contatos entre si. O interessante foi entender o principal motivo que os motivaram a vinda para a cidade. No quadro 06 vemos a distribuição espacial e a motivação das 21 famílias Manchineri que vivem na cidade de Rio Branco.

Quadro 03 – Mapeamento de famílias Manchineri que moram na cidade de Rio Branco

Nome (Chefe)	Bairro	Trabalha	Membros	Total	Motivação
Elza Severino da Silva Manchineri (Yoka)	São Francisco	Sim	Felipe, Pámela Manchineri Simão, Marlon Manchineri (nasceram em Rio Branco)	04	Estudar
Maria das Chagas Souza Manchineri (Duca)	Vila Acre	Não	Casada com Kaxinawá	05	Estudar
José Severino da Silva (Tio Zé)	Belo Jardim	Sim		05	Trabalhar
Maria Cândida Alves Rodrigues (Tia Canda)	Sobral	Aposentada	Sába Haji, Joana, Ribamar, Tody, Raimundo, Mina e Edinei, Chuva e um neto	07	Não é indígena, morou na aldeia Manchineri, e voltou para a cidade novamente
João Severino da Silva	Belo Jardim	Sim		05	Trabalhar
Dina Manchineri	Apolônio Sales	Aposentada		05	Trabalhar
Eugles Manchineri	Placas	Sim	Tem uma filha e é casado com uma não indígena	04	Veio morar com a mãe
Nego Manchineri	Irineu Serra	Sim	Tem um casal de filhos, e é casado com não indígena	03	Estudar
Zete Alves de Souza Manchineri	Irineu Serra	Sim	Não tem filhos e é casada com não indígena	02	Estudar

Nome (Chefe)	Bairro	Trabalha	Membros	Total	Motivação
Francisco Samarrã Maimará Manchineri (Chico)	Ramal do V	Sim	Tem dois filhos e é casado com Kaxinawá	06	
Francisco Natico Matias	Belo Jardim	Aposentado	Tem 5 filhos e é aposentado	07	Saíram da aldeia por motivos particulares
Lucas Brasil Manchineri	Estação	Sim	Duas filhas e casado com Manchineri	02	Trabalhar na CPI/AC
Alana Manchineri	Xavier Maia		Filha de Manchineri com não indígena	02	Nasceu na cidade
Eulge Arthur Manchineri	Placas	Sim	Casado com não indígena, tem duas filhas	04	Veio junto com sua avó morar na cidade
Jessé Manchineri	Santa Maria/Vila Acre	Sim	Casado com não Indígena	02	Meio acompanhar o pai e não voltou mais
Jangle Felipe Manchineri	São Francisco	Não	Mora com a mãe e tem duas filhas	02	Nasceu na cidade
André de Souza Brasil		Sim	Casado com não indígena e não tem filhos	02	Veio acompanhar os pais e estudar
Alexandre de Souza Brasil	Baixada da Habitasa	Sim	Casado com não indígenas e tem duas filhas	04	Veio acompanhar os pais e estudar
Soleane de Souza Brasil Manchineri	Chico Mendes	Não	Mora com irmãos e tia. Tem duas filhas	06	Veio com seus pais ainda quando era criança
João Cascudo	Ramal do Amapá	Aposentado	Mora com a esposa e seus 3 filhos, além dos netos	09	Motivo particular
Nega Manchineri	Ramal do Amapá	Dona de casa	Mora com seu esposo que é do Povo Kaxinawá	04	Veio com sua mãe e seu pai.
Total de famílias		21	Total de pessoas	90	

Fonte: dados do trabalho de campo, elaborado por Alessandra Manchineri, 2014.

A cidade tem sido em sua peculiaridade definidora da modalidade do desenvolvimento do capitalismo, do consumo, da exclusão social na sociedade “branca”. Para tanto os Manchineri estão a cada dia com intensidade, inseridos nestes processos do mundo não indígena, vale lembrar que o consumo, os processos de monetarização, de dependência de mercadorias industrializadas, mercado de trabalho, debates nacionais e internacionais, conversão religiosa, educação escolar, formação acadêmica/intelectual ou técnica, modos de sociabilidade, modos de se vestir, modos de comer, modos de pensar, são os “novos” dos quais estão inseridos os Manchineri que vivem na cidade. Pois hoje, a maioria dos indígenas também tem peso na economia e na própria forma de organizar e dar sentido à experiência mundana. Como mostra a fala a seguir:

Vimos da aldeia depois que meu pai faleceu. Os parentes não queriam minha mãe por lá. Fomos obrigados a sair. Sou vigilante na cidade. Já voltei uma vez para dar aula, passei dois anos, mas os parentes não são interessados. Não tenho vontade de voltar para a aldeia.

Ja sofri preconceito sim na cidade. Eu quero me inserir no curso superior. Nos que somos urbanizados temos uma visão mais ampla em todos os sentidos. Os parentes das aldeias ainda possuem um pensamento muito limitado é uma pena. Os parentes da aldeia são parecidos com crianças. Eu aprendi muitas coisas todos esses anos na cidade, coisas que nunca iria aprender se estivesse na aldeia, pretendo ser empresario, Eu não tenho muitas relações com os outros manchineri que moram na cidade, somente com vcs (Raimundo Manchineri “Pixoto”, morador no Bairro Sobral em entrevista realizada em 15 de março de 2013).

Esse contexto mostra a passagem dos Manchineri da aldeia para o ambiente urbano e também pensado como um processo de “desagregação cultural”, aculturação e assim consequentemente considerados pelos não indígenas como desaldeados, destribalizados, desculturados, desterritorializados, esses termos usados dentro das universidades e outros ambientes para caracterizar os indígenas que moram na zona urbana; são estes que eu também tenho que me acostumar no meu dia a dia. Isso faz com que os Manchineri se tornem outros e/ou somente mais uma classe vivendo na zona urbana. Não se trata, porém, de afirmar que esse jogo de associações seja a única forma, o único arranjo, que encontramos no imaginário nacional das relações entre os termos em questão – apesar de os termos parecerem bastante mais estáveis que as relações. Mas certamente é um arranjo possível, como vemos nesta fala:

Eu não nasci na aldeia. Nasci nas margens de um riozinho que é um afluente do Xapuri (na época era um seringal), fui para a cidade com uns seis anos de idade. E já sofri preconceito por não indígenas, e até pelos próprios parentes mesmo, falavam que eu não era mais indígena porque eu morava na cidade. O que eu entendo sobre territorialidade, para mim pode ter vários sentidos se aproximando mais a nós indígenas. E eu moraria um dia na aldeia sim. Na cidade acho que perdemos bastante a cultura, os adornos, idioma e costumes tradicionais mesmo, talvez por causa dos preconceitos, e em parte as influências das religiões que é uma coisa que afeta bastante os costumes dos povos indígenas. E acho que o direito a religião fica a critério de cada pessoa, mas parte e no meu ponto de vista não tem nada haver com quem somos. E obviamente temos os mesmos direitos que os indígenas que moram na aldeia, o fato de termos na cidade não significa que não somos mais indígenas. E entendo que isso é uma culpa da colonização e não propriamente nossa. Tenho relações com outras famílias Manchineri na cidade. Com relação às bebidas (álcool) e as drogas é bem complicado a questão das drogas e bebidas alcoólicas, acho muito ruim, sobre saúde não tenho maiores informações, mas pelo que sei o atendimento ao indígena é de péssima qualidade (Eri Manchineri “Tor”, quando está em Rio Branco reside no Bairro Irineu Serra, quando está na cidade de Xapuri mora numa Colônia que querem demarcar como terra indígena, atualmente é estudante na Universidade Federal de São Carlos, entrevista realizada por Alessandra Manchineri em 17 de março de 2013).

SER INDÍGENA EM RIO BRANCO “IDENTIDADE E TERRITÓRIO”

O território Manchineri são espaços defendidos devido suas diferenças culturais dentro da sociedade dos não-indígenas. Pois ainda é presente no imaginário social brasileiro uma visão anacrônica de índio com hábitos primitivos: andar nu, viver com corpo pintado, usar cocar (Ninawa Huni Kui em Abril de 2013). Por exemplo, hoje o jargão indigenista usado para denominar índios que vivem na cidade é o de “desaldeados”, ou seja, os que estão fora da “aldeia”.

O território Manchineri não é somente um “valor” materialista, mais acima de tudo uma incorporação de uma dimensão ideal ou “apropriação simbólica”. O território é parte integradora da produção e reprodução da história de cada povo, em outras palavras é a consumação conjunta da necessidade de cada povo; e que parecem partilhar dos domínios das condições de reprodução da vida dos homens, tanto as dele próprias, quanto a dos recursos dos quais eles dependem (HAESBAERT, 2004, p. 69). Assim o território Manchineri vai sendo “socializado e culturalizado”.

O espaço urbano, em sua natureza dinâmica, permite que a sociabilidade existente entre os indígenas se manifeste dando um novo sentido, criando assim uma nova identidade, essa identidade envolve as relações entre os indígenas nas comunidades e suas aldeias, e a forma de como eles se reproduzem no espaço urbano. Nesse sentido, as noções de região e de representação criam de certa forma, elementos identitários, cujos interesses regionais entram no circuito interativo do espaço urbano. Isso se reflete nas concepções de relacionamentos recriados no espaço por parte dos indígenas. Como nos mostra a fala abaixo:

Eu nasci na Aldeia e vim para a cidade por causa de brigas de família. Os Manchineri da aldeia têm muitas características, uma delas é que os Manchineri estão muito desunidos e passei muito preconceito na cidade na época que cheguei. Estamos na cidade para que um procure se formar em algo, e que venha melhorar sua qualidade de vida para que possamos ser exemplo para os outros que estão lá (aldeia) se matando no sol quente etc. Eu acho que as religiões é uma divisão humana. A saúde tem que melhorar muito tanto na aldeia como aqui, o descaso com a saúde indígena é muito. Também com a educação porque não temos uma educação de qualidade, muito alunos estão numa série mais não sabem direito o que leem e escreve isso na aldeia. Nós da cidade estamos mais avançados do que eles (aldeia). A nossa cultura está dentro de nós só em termo um nome indígena é uma cultura ou um sobrenome e assim vai. Os brancos nos veem em muitos casos como um simples coitado ou um objeto que nos quer usar, mais muitos deles querem nos ajudar. Depois que retornei a aldeia e passei três anos lá, não pretendo mais não. Os Manchineri que moram na aldeia pensam que a gente da cidade, só estamos aqui para ganhar dinheiro em nomes deles, pois eles se esquecem que também nos somos Manchineri (Elgle Artur Manchineri morador do Bairro Placas, entrevista realizada por Alessandra Manchinery em 17 de março de 2013).

Os dados, porém indicam, que ao manter seu Eu devidamente integrado, os Manchineri se permitem se sociabilizar e socializar sua identidade, apelando para aquela que melhor lhe beneficie na situação de contato, isso devido ao preconceito étnico e a discriminação. O novo território e sua identidade será entendido da seguinte forma:

Sua personalidade poderia ser fracionada; presa na ambiguidade gerada pela situação interétnica, seria habilmente manipulada, mas de seu Eu não pode dizer que tenha deixado de ser integrado. Pois a manutenção de sua unicidade e ao exercício de sua refletividade, ainda que nem sempre reconhecida, (...) pôde sempre manipular sua identidade (CARDOSO, OLIVERIA, 2006, p 75).

Essa é uma estratégia de sobrevivência na cidade, que no momento se tornarão escolhas, para que nesse novo território se obtivesse liberdade, liberdade no sentido de adaptar-se em um novo lar, em um “novo território” hospitaleiro. O território inspira a

identificação, o sentimento de pertencimento e a efetiva apropriação simbólica e cultural (HAESBAERT, 2004).

Little (2002, p. 3) define a “[...] territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. Nesse sentido, a definição de territórios imbrica aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente ligados às bases materiais e simbólicas da vida. Para os Manchineri a identidade está alicerçada nas bases materiais da terra, da cultura e da própria cosmologia. Os Manchineri só se apropriam daquilo que faz sentido para si enquanto indivíduo e coletivo; só se apropriam dos que melhor lhe atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica. Quero destacar os ritos Manchineri, realizados no centro urbano, nos casos as pajelanças com o *Kamalampi* que constituem um momento importante que marcam a socialização de um indivíduo ou uma passagem de uma situação de um grupo para outra. Eles marcam momentos constituintes da identidade dos Manchineri nas diferentes fases da vida, incluindo a passagem para o mundo dos mortos. Isto manifesta as relações entre o mundo social e o mundo cósmico, entre o universo natural e o sobrenatural. Destaco a fala a seguir “o Kamalampi, nos mostra no mundo espiritual que 10 anos são como um dia, e esse um dia será mostrado como segundos”. (José Segundo Souza, o “tio segundo” em um Ritual no Bairro Sobral no ano de 2009).

TERRITÓRIOS, LUGAR E MEMÓRIA

Este item tem como elemento fundamental o território social encontrado nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que as diversas famílias Manchineri que moram na zona urbana mantêm com seus respectivos ambientes. A identificação de lugares sagrados por um grupo de determinada família representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado, isso dará lugar a uma memória. A noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente. Essa valorização é uma função direta e determinante de cada povo.

A situação de pertencer a um determinado lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não. A noção de pertencimento deste lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de diferentes processos. Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnia, que tendem a ser avaliadas em termos de “pureza”, mas sim uma relação com um determinado espaço físico, evocamos os Manchineri como exemplo, que se relaciona com esse espaço, ele o transforma em um território imaterial e coletivo, e com este o transforma em categoria de identidade que pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, se incorpora e se materializa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias.

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva e individual que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002). Deste modo mesmo com o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais. Todo Manchineri que reside na cidade, possui um lugar, sendo ele material ou não, sempre estará na memória do indivíduo coletivo ou não.

RELAÇÕES DE PARENTESCO, MORADIA E EDUCAÇÃO ENTRE OS MANCHINERI QUE VIVEM NA CIDADE DE RIO BRANCO (AC)

Parentesco é a relação que une duas ou mais pessoas por vínculos de sangue (descendência/ ascendência) ou sociais e, sobretudo pelo “casamento”, e mesmo união. O parentesco estabelecido mediante um ancestral em comum é chamado parentesco consanguíneo, enquanto que o criado pelo casamento e outras relações sociais recebe o nome de parentesco por afinidade. Chama-se de parentesco em linha reta quando as pessoas descendem umas das outras diretamente (filho, neto, bisneto, trineto, tataraneto, etc), e parentesco colateral quando as pessoas não descendem uma das outras, mas possuem um ancestral em comum (tios, primos, etc.) (STRAUSS, 2003).

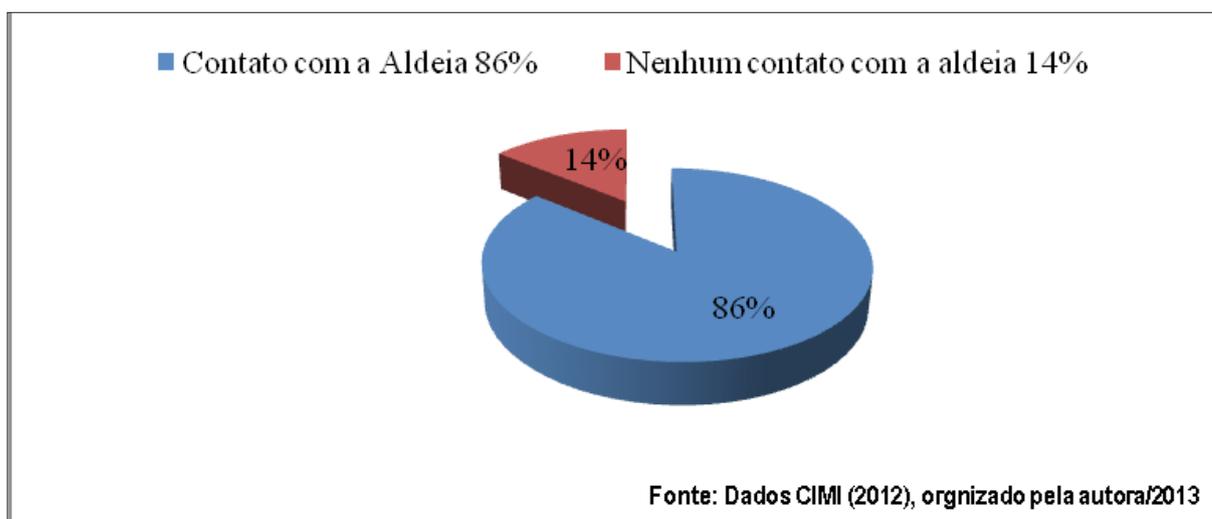
No caso dos Manchineri alguns homens Manchineri não obedecem a essa relação dada por Strauss. E nunca obedecerão. Essa regra significa que todo povo indígena tem um sentido próprio para o casamento, para os seus rituais, para a educação e etc. A “relação de parentesco entre os Manchineri que vivem na cidade” ocorrem de diversas formas, e uma dessas formas é o “casamento” com os “brancos”, indígenas Apurinã, Kaxinawá, Pankararu, Jaminawa-Arara e Kambeba. Esses são uns dos papéis estratégicos nos processos de produção do território urbano e suas relações de parentesco; pois aumentar a população indígena é fundamental para os povos em destaque. Os processos de produção da etnicidade na cidade levantam interrogações sobre a manutenção de antinomias e de enquadramentos espaciais de identidade que colidem com a emergência de dinâmicas territoriais, redes de relações entre a aldeia e a cidade, e estratégias étnicas de apropriação e inserção na vida urbana. Na fala abaixo é mostrado como era a vida na aldeia.

Seu avô morava no centro de Petrópolis, a gente passou lá, ela pediu o Sabá para morar com ele, ele morava sozinho com a comade Petronia e a comade Tereza. Mais quando ele morreu ele já não estava com a comade Petronia não, ele já estava com a comade Tereza, e quando a filha dela morreu, ela ficou com o genro dela, exatamente isso. A sua vó pegou ela (Tereza) para criar com 7 anos. Depois que seu tio (Antonio Alves) morreu eu fiquei na extrema ainda, e o seu Zé Uria também veio embora para cá (Rio Branco), eu vivi nove anos naquela aldeia ali, se não fosse a confusão do Otavio e o Chico Natico comigo, porque eles queriam ficar com as minhas vacas, eles butaram para mim matar viu, foi o Segundo (Nome de um ancião Manchineri) que me ajudou mais eu deixei porque eu tenho coragem de trabalhar, se não fosse isso eu tinha morrido. Na aldeia eu tinha que limpar roçado, eu tinha que brocar roçado, eu tinha que bater campo, fazer tudo sozinha meu Deus, porque os meninos eram

tudo pequeno. Antes de eu vir para Rio Branco, eu fui pra Sena, chegando em Sena eu consegui passagem para cá, pra lá eu não quero voltar mais não (Dona Cândida Manchineri, ex- moradora da Aldeia Extrema, T. I. Mamoadate, hoje aposentada e moradora no bairro Sobral, entrevista à Alessandra Manchineri e Soleane Manchineri, em 2013).

A “urbanização” indígena não é um fenômeno recente, apesar de representar um tema ainda pouco estudado, e constituir um novo desafio para as políticas públicas. O gráfico 01, nos mostra a porcentagem de indígenas que vivem na cidade, mas que possuem um laço afetivo muito forte com sua aldeia.

Gráfico 01 – Relação com a Aldeia de Origem



A presença de famílias Manchineri na cidade de Rio Branco é um fato bastante antigo. Pois perpassa por quase quatro décadas, conforme a mobilidade da família do Senhor, José Severino da Silva “Zé Urias”, que esteve nos anos de 1970 e 1980 para fazer a mobilização de lutas pela demarcação de sua terra e definitivamente se firmou com toda a sua família na cidade de Rio Branco no ano de 1985. No entanto, nunca havia sido uma presença notada pela Fundação Nacional do Índio e nem mesmo pelo próprio CIMI. As relações de parentesco destas famílias vão desde as mais coletivas e integras, até as superficiais, como mostra a fala a seguir “eu não conheço todos os Manchineri que mora na cidade, minha relação é somente com vocês filhos do Tio Zé Urias” (Raimundo Manchineri, em entrevista a Alessandra Manchineri, 2013).

Destaco que hoje moram cinco (05) clãs de Manchineri na cidade de Rio Branco entre eles estão os Severinos formados pelo Maimará sobrenome negligenciado por causa da ditadura militar, os Alves Rodrigues, os Souzas, Cascudos e os Emídios. Destes clãs os únicos, que não possuem relações muitos amigáveis com os outros Clãs de Manchineri, sejam eles da cidade ou/da aldeia, são os Emídios. (Maria das Chagas Souza Manchineri, moradora do Ramal Bom Jesus-Vila Acre, entrevista realizada a Alessandra Manchineri, 2013).

Destas famílias a maioria possui moradia própria, sendo a maioria delas de alvenaria, são poucos os que possuem a casa de madeira. O gráfico 02 mostra a porcentagem dessas condições de moradia, e as fotos (01, 02 e 03) mostram parcialmente as condições de moradia.

Gráfico 02 – Condições de Moradia



Foto 01: Ramal do Amapá, casa da Família Cascudo. Autora/2013.



Foto 02: Ramal do Amapá, Roça da Família Cascudo. Autora/2013



Foto 03: Ramal do Amapá, conversa entre membros das famílias Cascudos, Severino e Alves Rodrigues. Autora/2013.



Em relação á educação, a maioria dos Manchineri que vivem na cidade de Rio Branco possui o ensino médio, sendo que das 90 pessoas contactadas, 12 delas estão cursando o Ensino Superior, uns no Campus UFAC e outros no Campus de Cruzeiro do Sul, 18 estão estudando ou já concluíram o ensino médio. Existem 58 pessoas que estão cursando ou já concluíram o Ensino fundamental e três analfabetos, como mostra o gráfico 03.

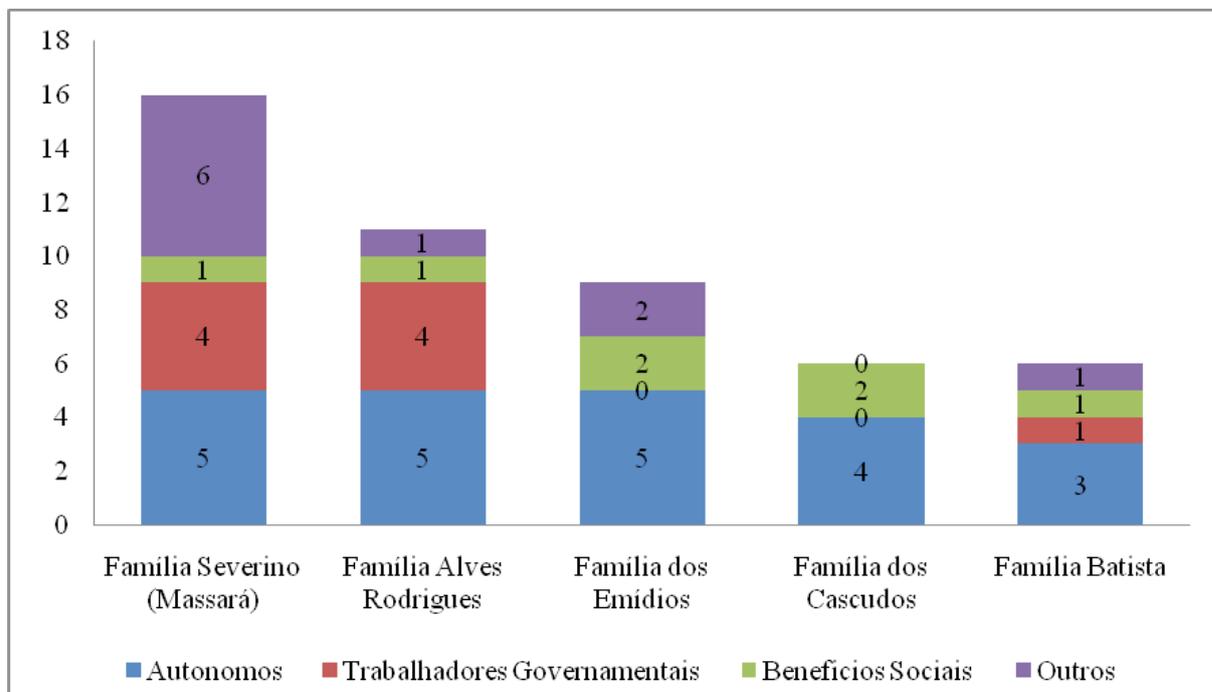
Gráfico 03 – Escolaridade dos Manchinieri que vivem na Cidade de Rio Branco



O acesso à educação escolar oficial ainda representa um desafio, mesmo que aproximadamente 42% da população pesquisada possua o ensino fundamental. Com relação ao ensino superior, apesar de haver uma procura maior por essa modalidade, ainda são raros os Manchinieri que possuem o acesso à universidade, dados indicam que apenas 12 pessoas têm acesso ao ensino superior.

Não há dúvidas que o cenário recente em que se vêem hoje engajados, os Manchinieri – e sua presença, utilização e apropriação das cidades saltam aos olhos como um caso proeminente neste “novo” cenário – tem colocado uma série de questões desafiadoras para a própria Geografia. Os Manchinieri que vivem na cidade decidiram também disputar o mercado de trabalho e receber os benefícios que os não-indígenas têm direito. Conforme mostra o gráfico 04.

Gráfico 04 – Fonte de Economia de Famílias Manchinieri que moram em Rio Branco



Fonte: Trabalho de Campo, Elaborado por Alessandra Manchinery/2014.

O gráfico nos mostra a diversidade de como e onde os Manchineri tiram seus sustentos. Explana as especificidades e modo de como cada família sobrevivem na cidade. Assim, ao pensar um caso de inserção indígena na cidade isso deve ser feito empiricamente, pois existe toda uma estrutura de seu modo de vida na cidade, e dentro desta “estrutura” geral, sua noção específica de territorialidade urbana. Percebe-se que os povos indígenas se envolvem intensamente a cada dia com o meio urbano, pois estas são as novas bases de (re) construir novos territórios e garantir os direitos dos que estão nas aldeias para isso é necessário mover-se no sentido de migrar, pois como afirma o senhor José Segundo “nesta terra estamos somente de passagem” (Ritual Manchineri no Bairro Sobral 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa constatamos que os Manchineri estão sofrendo um forte surto migratório da aldeia para as cidades e que estão motivados pelas relações pessoais, mas também induzidos pelas atividades econômicas regionais, que faz com que estes se desloquem em busca de melhores ‘condições de vida’ nas cidades.

As entrevistas foram necessárias para compreender imbricado que é o processo de territorialidade indígena na cidade de Rio Branco, pois é necessário estender o tema para poder consolidar políticas adequadas para eles, e/ou nós (incluindo eu), que não podem ser iguais àquelas voltadas para as aldeias e as terras indígenas, uma vez que as demandas e perspectivas são diferentes em muitos aspectos. Ressalto ainda que não se pode excluir esse povo dos direitos constitucionais, sendo estes indígenas na cidade, e da cidade. Lembrando ainda que estes são portadores de culturas, tradições e valores próprios.

Pode-se visualizar que hoje estar acontecendo uma mobilidade acelerada e um aumento do número de contingentes marginalizados das periferias nas cidades. Todos têm um ponto de vista particular e que são de diferentes fluxos, intensidade e modalidades. Porém todos possuem familiaridade que interligam a aldeia e a cidade.

Resta discutir ou apresentar as conclusões sobre a preocupação inicial que motivou toda a pesquisa. O que acontece nas territorialidades dos Manchineri, visto que o ambiente continua preservado, apesar da intensa pressão sofrida pela ocupação regional e também da pressão de um território que não é o original, mas construído sobre território inimigo? Entendemos que a preservação das relações tradicionais, que mantém uma relação de continuidade entre homens e natureza, sem distinção ou privilégio de uns sobre os outros, o que estabelece regras claras na obtenção de recursos do meio, pode ser a chave da questão.

Diante dos fatos aqui apresentados reafirma-se a importância de compreender as múltiplas relações socioespaciais estabelecidas nas diferentes territorialidades do Povo Manchineri, principalmente compreender o sentido de terra e território para os Povos Indígenas. Deixo claro ainda, que apesar de a Constituição de 1988 assegurar a demarcação das terras indígenas, as políticas fundiárias não dialogam com as categorias locais e nem mesmo os povos indígenas, negligenciando assim seus direitos constituintes, e privando-os de novas conquistas nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wagner Berno de. (Org). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos...** [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 349 p.: il.: 16x23 (Vol. 01, nº. 02.)
- BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos: processo de reconstrução das identidades étnicas indígenas em Manaus.** Tradução Evelyne Marie, Therese Mainbourg. Manaus. Ed. UFAM, 2010.
- CIMI - Conselho Regional Amazônia Ocidental. **Indígenas em Espaço Urbano no Acre.** Rio Branco, outubro de 2012.
- HAESBAERT, 2004. **O mito da desterritorialização: do “dos territórios” a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia nº 322. 32p.
- MANCHINERY, Alessandra Severino da Silva. (2011). Relatório Final PIBIC-AF/CNPq encaminhado a Diretoria de Pesquisa – DPQ. Em Rio Branco, campus da Universidade Federal do Acre.
- MANCHINERY, Alessandra Severino da Silva, 1983 - Territorialidades do povo Manchineri --- Rio Branco: UFAC, 2014. 85f : il. ; 30cm.
- OLIVEIRA, J.P de, e FREIRE, A. da R.F. (2006). **A Presença Indígena na Formação do Brasil** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional. ISBN 978-85-60731-17-6
- STRAUSS Lévi. **As estruturas elementares do parentesco.** Petrópolis: Vozes, 2003

ENTREVISTAS

- Raimundo Manchineri “Pixoto”**, morador no Bairro Sobral.
- Erenilson Souza Manchineri “Thor”**.
- Elgle Artur Manchineri**, morador do Bairro Placas.
- Francisca Candida Rodrigues Damasceno Manchineri. Dona Candida**, moradora do Bairro Sobral.
- Vera Olinda Sena** (Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC).